O Sul Global como Motor do Século XXI: Trajetória, Reformas e o Futuro do G-77 & China

El Sur Global como motor del siglo XXI: trayectoria, reformas y futuro del G-77 y China

The Global South as a Driver of the 21st Century: Trajectory, Reforms, and the Future of the G-77 & China

Regina Ungerer

1. Origens e Evolução Histórica: Da UNCTAD I à Consolidação Institucional

As origens do G-77 remontam à década de 1960, período marcado pelo movimento de descolonização e pelo ingresso de dezenas de nações recém-independentes na Organização das Nações Unidas. Em novembro de 1963, durante a 18ª Sessão da Assembleia Geral da ONU em Nova York, os países em desenvolvimento manifestaram formalmente seu descontentamento com a arquitetura econômica internacional vigente. A declaração conjunta daquele ano já sublinhava a urgência de reformular as regras do comércio global, reduzir barreiras tarifárias sobre matérias-primas e assegurar preços estáveis e equitativos para sustentar o crescimento autossustentável dos países em desenvolvimento.

O passo definitivo para a institucionalização do bloco ocorreu na primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I), realizada em Genebra entre março e junho de 1964. Sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch — primeiro Secretário-Geral da UNCTAD —, consolidou-se a visão de que os mecanismos de mercado não atendiam às necessidades do mundo em desenvolvimento, que começava a se manifestar exigindo tratamento diferenciado e alianças estratégicas. Prebisch incentivou a união das nações da América Latina, África e Ásia em um bloco único de negociação.

Em 15 de junho de 1964, setenta e sete países assinaram a *Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento*, fundando o G-77. A primeira reunião geral do grupo ocorreu em Argel, em outubro de 1967, resultando na Carta de Argel, que estabeleceu a estrutura institucional permanente do movimento.

Ao longo dos anos, o G-77 estruturou "Capítulos" estratégicos com escritórios de ligação em organismos internacionais vitais em Genebra (UNCTAD), Nairobi (PNUMA), Paris (UNESCO), Roma (FAO/IFAD), Viena (UNIDO) e em Washington DC, o Grupo dos 24 no FMI e Banco Mundial.

2. Cúpula do Sul

A Cúpula do Sul (*South Summit*) nasceu para dar densidade política e direcionamento estratégico ao G-77 & China. Embora o G-77 tenha surgido em 1964, suas decisões operacionais eram tomadas principalmente em reuniões ministeriais anuais e nos fóruns da ONU. Com a virada do milênio e o avanço da globalização, que aprofundou a vulnerabilidade e as assimetrias e expôs as vulnerabilidades estruturais, especialmente econômicas dos países em desenvolvimento, houve a necessidade de convocar os próprios Chefes de Estado e de Governo

dos países membros do bloco para consolidar uma agenda soberana e definir posições comuns frente à governança global.

A trajetória desse fórum decisório iniciou-se historicamente com a realização da I Cúpula do Sul, em Havana, Cuba, no ano de 2000. O encontro estabeleceu as bases para uma atuação conjunta diante das transformações econômicas globais, exigindo regras de comércio mais equitativas e maior alocação de recursos para o financiamento do desenvolvimento. Essa dinâmica teve continuidade com a II Cúpula do Sul, realizada em Doha, Catar, em 2005, que reafirmou o compromisso com a Cooperação Sul-Sul, o combate às desigualdades e a urgência de reformar as instituições financeiras internacionais. Mais recentemente, a realização da III Cúpula do Sul, em Kampala, Uganda, em janeiro de 2024, renovou a unidade e a resiliência do bloco no cenário pós-pandemia, concentrando esforços no combate à crise das dívidas soberanas, nos impactos do choque climático e na superação da disparidade tecnológica que afeta o Sul Global.

Para os países em desenvolvimento, a Cúpula do Sul representa uma plataforma indispensável de autonomia e fortalecimento do poder de barganha internacional. Ao se articularem em um fórum livre das pressões do Norte Global, os países membros tem a possibilidade de converter demandas isoladas em um posicionamento coletivo forte. Isso amplia sua influência nas negociações multilaterais e fomenta parcerias estratégicas que reduzem a dependência histórica de exigências externas, especialmente dos países desenvolvidos.

Dessa forma, ao vocalizar as aspirações de 134 nações, que somam cerca de 85% da população mundial e a maior parcela do crescimento econômico global em Paridade de Poder de Compra, a Cúpula do Sul se consolidou como a mais legítima expressão e a voz representativa do Sul Global na busca por uma ordem internacional mais justa, sustentável e democratizada.

3. Ascensão Econômica e Demográfica do Sul

A atuação diplomática do G-77 e China reflete uma mudança estrutural na geografia econômica e política global. O centro de gravidade do planeta deslocou-se progressivamente em direção ao Sul Global.

As trocas comerciais entre países em desenvolvimento cresceram a taxas superiores às do comércio Norte-Sul. Atualmente, o Sul Global responde por quase metade do comércio mundial de mercadorias e bens intermediários, com países emergentes atuando como hubs industriais centrais nas cadeias globais de valor.

Concentrando cerca de 85% da população mundial, o Sul Global vivencia a expansão de sua força de trabalho e mercado consumidor interno, em contraste com o envelhecimento demográfico do Norte.

Em Paridade de Poder de Compra, os países emergentes e em desenvolvimento superaram as economias do G7, representando mais de 50% do PIB global em poder de compra e mais de 40% em termos nominais.

O Sul se converteu no principal destino do Investimento Estrangeiro Direto (IED) global, ao mesmo tempo em que ampliou expressivamente os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e registros de patentes.

As transformações em curso refletem uma reorganização estrutural das relações internacionais em três frentes fundamentais:

Na arquitetura comercial, se observa a redução da dependência exclusiva dos mercados tradicionais do Norte, abrindo espaço para a consolidação de rotas autônomas entre a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. No âmbito financeiro, o avanço se manifesta no fortalecimento de instituições multilaterais alternativas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), na expansão das trocas em moedas locais e na consequente redução da vulnerabilidade em relação ao dólar.

Na geopolítica global, a articulação em fóruns como a ONU e o bloco BRICS+ ajuda a fortalecer a busca pela democratização do Conselho de Segurança e das estruturas do sistema financeiro internacional.

4. Posições para o Futuro, Reformas e Agendas Internacionais

Diante das fragilidades expostas por crises econômicas recentes, choques climáticos, pelo impacto da pandemia de COVID-19 e pelo endividamento soberano, o G-77 e China articula propostas claras para a reestruturação da governança multilateral.

***A Reforma da ONU e a Iniciativa* ONU80**

Na esfera da celebração dos 80 anos das Nações Unidas, com a iniciativa ONU80, o G-77 & China vêm reafirmando a urgência de uma reforma profunda nas estruturas da organização. O Grupo prioriza o aumento da transparência, da representatividade e da eficiência operacional da AGNU e do ECOSOC, garantindo de forma inequívoca que o pilar do desenvolvimento socioeconômico ocupe centralidade e igualdade de condições em relação às pautas de paz e segurança global.

Somando-se à modernização desses órgãos centrais, o bloco lidera os debates em prol da reconfiguração da composição do Conselho de Segurança da ONU, cujas estruturas ainda refletem o arranjo de poder do pós-Segunda Guerra Mundial. O objetivo do G-77 & China é assegurar a inclusão de assentos permanentes e não permanentes para os países em desenvolvimento das regiões da África, Ásia e América Latina, adequando a governança política à realidade geopolítica contemporânea.

Em relação à arquitetura financeira e do cumprimento dos compromissos internacionais, o G-77 & China atuam de maneira decisiva no acompanhamento do Compromisso de Sevilha, documento final resultante da 4ª Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), bem como na implementação continuada da Agenda de Ação de Adis Abeba. Nesse contexto, as posições estratégicas do grupo se organizam-se em torno de quatro eixos fundamentais:

Alívio e Reestruturação da Dívida Soberana: Defesa da criação de mecanismos multilaterais sustentáveis e previsíveis para a reestruturação e o alívio imediato do endividamento em países de baixa e média renda. O foco principal está na eliminação de condicionalidades de caráter neocolonial e na abolição de sobretaxas e custos financeiros abusivos de empréstimos que sufocam os orçamentos nacionais dos países.

Financiamento Concessional e Ação Climática: Exigência de suporte financeiro baseado no princípio das responsabilidades históricas comuns, porém diferenciadas, assegurando que o financiamento voltado à adaptação climática e à transição energética justa ocorra por meio de recursos concessionais e doações, evitando a ampliação do endividamento dos países do Sul Global.

Reforma da Arquitetura Financeira Internacional: Defesa da democratização dos processos de tomada de decisão, cotas e poder de voto no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, com o intuito de dar voz, legitimidade e representação proporcional às economias em desenvolvimento.

Governança Digital e Transferência Tecnológica: Reivindicação por uma governança global inclusiva da Inteligência Artificial e de tecnologias emergentes. O Grupo busca combater a concentração da propriedade intelectual no Norte Global e prevenir o aprofundamento das assimetrias digitais, promovendo a transferência direta de tecnologia, a capacitação e o acesso equitativo às ferramentas digitais pelo Sul Global.

5. O Sul Global e o Horizonte do G-77 e China

O papel do G-77 & China para os próximos anos reside na transição da dependência para uma autossuficiência prática, soberana e solidária. A governança do Grupo, pautada pela alternância anual da Presidência *Pro Tempore* entre as regiões da África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe, assegura coesão e rotatividade representativa em sua condução política.

Iniciativas continentais como a *Reset Accra* na África exemplificam essa mudança de foco da cooperação tradicional para a mobilização de capital local, industrialização e soberania sanitária e de infraestrutura. Do mesmo modo, o protagonismo do bloco na defesa do Fundo de Perdas e Danos no contexto climático e na valorização dos minerais críticos do Sul reafirma sua relevância na nova economia verde global.

Um marco central na agenda estratégica de médio prazo será o processo de acompanhamento da Conferência de Buenos Aires sobre Cooperação Sul-Sul rumo a 2028. O plano do bloco estrutura-se em quatro eixos prioritários:

Avaliação Pragmática: Mensuração dos resultados concretos alcançados pela Cooperação Sul-Sul (CSS) e triangular, fortalecendo instrumentos operacionais como o Fundo Pérez-Guerrero (PGTF).

Resiliência a Crises: Respostas articuladas e solidárias a vulnerabilidades financeiras, choques climáticos e rupturas nas cadeias globais de suprimento.

Fortalecimento Institucional: Valorização do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) como catalisador de parcerias e projetos estratégicos.

Implementação dos ODS: Conexão de recursos e tecnologias globais a projetos concebidos, liderados e executados por e para países em desenvolvimento, acelerando o cumprimento da Agenda 2030 sem deixar nenhum país para trás.